Uma Enciclopédia à Brasileira: o Projeto Ilustrado de Mário de Andrade

Adriana Facina Gurgel do Amaral

O contexto: cidade das letras e cidade do exílio

A *Enciclopédia Brasileira* possui algumas particularidades dentro do conjunto da obra de Mário de Andrade. Trata-se de um texto produzido pelo autor no período em que foi funcionário do Instituto Nacional do Livro, órgão subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. O anteprojeto da *Enciclopédia Brasileira* foi escrito durante a sua permanência no Rio de Janeiro, cidade onde se "exilou" voluntariamente após sua traumática demissão da Secretaria de Cultura da Municipalidade de São Paulo. Esse exílio marcou uma época importante na vida de Mário de Andrade, na qual se misturaram boêmia, tristeza, desencanto e saudades a uma intensa produção intelectual (Castro, 1989).

O lugar de produção do texto da enciclopédia possui, então, uma dupla especificidade na trajetória intelectual de Mário de Andrade. É um momento de

---

Nota: Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do capítulo I de minha dissertação de mestrado, intitulada *Artífices da reconciliação – intelectuais e vida pública no pensamento de Mário de Andrade*, apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio em agosto de 1997.

cruzamento entre a *cidade letrada* e a *cidade do exílio*, e no registro desse cruzamento se tece o contexto que procuro delimitar.

A noção de cidade letrada foi criada por Angel Rama (1985: 41) para analisar as relações entre intelectuais e poder na América Latina. Na visão do autor, o grupo que dominava as letras estabeleceu, desde a colonização, uma distinção em relação à sociedade e tomou para si um papel estratégico frente ao poder que, mesmo atravessando grandes mudanças históricas, manteve uma longevidade que perdurou no século XX. A função social do intelectual ligado ao poder era construir, pela via da cultura, a legitimidade desse poder frente à sociedade. Para Rama, dentro da cidade material e visível havia uma cidade letrada que regia e conduzia a primeira. A cidade letrada dominava a ordem dos signos, de modo a dar um caráter sagrado às significações e desvinculá-las de seu contexto. Essas "funções culturais das estruturas de poder" foram concebidas e vividas sem que se percebesse a sua "base real" (Idem: 42-3).

Esse grupo letrado, com um elevado número de integrantes, dispondo de recursos e com uma preeminência pública significativa, teve a capacidade de se institucionalizar como "dono da letra" e de tornar-se um poder autônomo dentro das instituições de poder. Como servidores do poder, os intelectuais são os que melhor conhecem os mecanismos de seu princípio institucionalizador e também percebem a conveniência de institucionalizar o próprio grupo que exerce as funções intelectuais. Seu poder específico advém do domínio do "exercício das linguagens simbólicas de cultura", e este lhe garante a estabilidade de sua condição de funcionário.

Esse poder institui uma distância em relação ao resto da sociedade que é análoga à separação entre letra escrita e palavra falada, e faz da cidade letrada uma cidade escriturária. Esta é reservada a uma minoria que domina a linguagem oficial e, por isso, está mais apta a interpretar e criar as leis que devem reger a vida social. A escritura ganha assim um caráter sagrado que consolida uma diglosia típica das sociedades latino-americanas. Essa diglosia consiste na existência de duas línguas separadas hierarquicamente: a língua pública (escrita, restrita à classe dirigente) e a língua popular e cotidiana (falada, utilizada na vida privada das elites e forma de expressão das classes populares) (Idem: 54-6).

No contexto da modernização, a partir de 1870, a cidade letrada se amplia com a incorporação de novos intelectuais (Idem: 76-101). Estes podem vir de classes médias urbanas em busca de ascensão social ou até mesmo do mundo rural e, muitas vezes, construirão a sua formação intelectual por caminhos alternativos à universidade e ao bacharelato. Muitos desses novos intelectuais terão no jornalismo o veículo para exercer a sua atividade e assim ingressar na cidade das letras. O fato novo que esse movimento de ampliação traz é o surgimento, em fins do século XIX, de uma dissidência dentro da cidade letrada,

originando um pensamento crítico. Apesar de não ameaçar a existência da cidade letrada e muito menos a sua participação no poder, essa dissidência crítica busca no elemento popular a base para a formulação de projetos nacionais, sejam eles conservadores ou progressistas. O Brasil foi o pioneiro deste movimento na América Latina, já que a sua literatura foi a que teve atuação mais importante no processo da constituição nacional (Idem: 92).

Essa modernização da cidade letrada, tanto no aspecto da incorporação de intelectuais ao poder, quanto no que diz respeito à elaboração de projetos nacionais legitimados pelo elemento popular, teve desenvolvimentos importantes na história do Brasil no período de 1930 a 1945, especialmente durante o Estado Novo. A partir dos anos 1930, o Estado brasileiro passou a reunir intelectuais das mais diversas origens em seus quadros burocráticos. Esse movimento de inclusão dessa categoria social no funcionalismo público tornou-se ainda mais intenso a partir de 1934, quando Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde, órgão chave ao longo de todo o governo Vargas.

O ministro Capanema teve a seu serviço grande parte da alta intelectualidade da época, reunindo inclusive tendências políticas diversas e projetos variadíssimos. E se é inegável que esses intelectuais participavam da construção de uma cultura oficial, também é verdade que trabalhavam com uma certa margem de autonomia. Mesmo Sérgio Miceli (1979: 187), que analisa em termos de cooptação a participação dos intelectuais na repartição pública, reconhece que a gestão Capanema do Ministério da Educação permitia uma certa independência da produção intelectual de seus subordinados perante a ideologia do regime.

Daniel Pécaut (1990: 22;32) diz que, nesse contexto de "recriação institucional", o principal móvel dos projetos dos intelectuais era a vontade de intervir no cultural e no político para reformá-los. Os intelectuais, assim como os tenentes, buscavam agir de acordo com os interesses da unidade nacional, colocando-se como uma categoria "socialmente sem vínculos", seguindo a formulação que o autor toma emprestada a Mannheim.

O modernismo, ao colocar o debate entre cosmopolitismo e nacionalismo como o centro da questão política e da criação artística, demonstrou que cultura e política não podiam ser dissociadas. Construir uma cultura brasileira era um problema político, já que colocava em questão a formação de uma identidade nacional baseada numa unidade cultural. Era essa identidade entre cultura e política que dava aos intelectuais a vocação de elite dirigente, já que cabia a eles forjar essa unidade a partir dos fragmentos da cultura popular. Era o momento de "redescobrimento do Brasil", movimento fundamental no processo de definição da brasilidade e que buscava explicitar o inconsciente nacional do povo (Idem: 27;38-9).

O regime de 30 fez coro com essa necessidade de "redescobrir o Brasil" proposta pelos intelectuais. O Estado procurava tornar-se responsável pela construção de uma unidade orgânica nacional, base para a definição de uma identidade cultural brasileira. Daí a incorporação de intelectuais dentro de seus quadros, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade nacional e produzir a propaganda nacionalista (Idem: 59).

De acordo com Mônica Pimenta Velloso (1987: 4), com o advento do Estado Novo, a preocupação histórica dos intelectuais com a construção da nacionalidade se voltou para o Estado, propiciando a união das elites intelectuais e políticas. Para a autora, o Estado Novo é um período rico para a análise das relações entre intelectuais e Estado, já que expõe a função crucial desse grupo social na organização política e ideológica do regime. A cultura era um "núcleo organizatório" dos mais sólidos do Estado Novo e através dele se pode explicar a integração de intelectuais das mais diversas tendências ao regime (Idem: 6).

Para o Estado Novo, a função social do intelectual, a sua missão, era a de representar a consciência nacional. Na ausência de um povo organizado política e culturalmente, os intelectuais seriam os seus porta-vozes, já que somente eles seriam capazes de interpretar o "subconsciente coletivo" da nacionalidade.

Em sua análise, a autora relaciona o vínculo dos intelectuais modernistas com o Estado Novo à junção de cultura e política que o regime procurava fazer em torno do tema da nacionalidade. Os ideólogos do Estado Novo buscavam demonstrar que o regime tinha uma base cultural sólida e respondia aos anseios de renovação nacional a partir do ideal da brasilidade. Assim, apesar de ver o modernismo como um conjunto uniforme, o regime vai se limitar a incorporar a doutrina do grupo verde-amarelo. É a versão ufanista e não a visão crítica da cultura que o Estado vai recuperar. A primeira se adequa mais à instrumentalização doutrinária da cultura e à invenção de uma tradição de um Brasil grandioso, feito por uma história de heróis e grandes vultos nacionais. Nessa busca de se inventar uma tradição, torna-se impossível a pluralidade da crítica quepermitiria a inclusão de um anti-herói, como Macunaíma, no panteão nacional (Idem: 44-5).

Mas, apesar de a doutrina estado-novista buscar as suas fontes no grupo conservador do modernismo, o regime não exclui a colaboração dos modernistas da vertente progressista, como Mário de Andrade. O grupo mais inovador se organizava em torno do Ministério da Educação e havia tensões e ambigüidades nessa vinculação. A origem destas era a falta de uma demarcação clara entre ação cultural e propaganda ideológica, com todas as implicações que essa situação impõe à criação artística e à elaboração de projetos culturais (Schwartzman et alii, 1984: 86).

Muito atingido por essas tensões, Mário de Andrade não era propriamente um intelectual típico da cidade letrada em seu anel mais próximo do poder.

Sua posição como servidor do Estado foi sempre problemática, e suas cartas ao ministro Capanema retratam a sua instabilidade funcional[1] e o seu desconforto frente ao poder.[2] Grande parte de sua obra foi realizada a partir da posição de escritor e crítico independente, e ele não era um intelectual organicamente ligado ao regime estado-novista. O sentido de sua atuação pública foi sempre o de superar as distâncias entre a cidade das letras e a sociedade, o que é bastante visível em suas reivindicações de instituição de uma língua brasileira que incorporasse os elementos da fala popular.[3] Esses fatos criam uma situação especial para a *Enciclopédia Brasileira*. Era inevitável que, como funcionário público e escrevendo sob encomenda, ele assumisse algumas das funções da cidade letrada, o que fez com que o seu projeto tivesse de ser, ou pelo menos parecer, portador de valores compatíveis com o projeto nacional do Estado Novo. Digamos que a linguagem do texto é menos crítica do que o que é habitual em seu estilo, ou seja, ela perde em autonomia. Por outro lado, a relação com o poder representava a possibilidade de realizar seus projetos. O Estado poderia tornar possível o esclarecimento das classes populares, fazendo a mediação entre os projetos elaborados pelos letrados e a sua viabilização e a sua divulgação entre os iletrados ou pouco letrados.

A outra especificidade importante do contexto em que Mário de Andrade produziu o anteprojeto da enciclopédia é a que se refere à cidade do exílio. O auto-exílio no Rio de Janeiro, cidade onde viveu entre 1938 e 1941, foi visto por Mário como a única possibilidade de recuperação da derrota sofrida no Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, a saída mais imediata para os constrangimentos e decepções causados pela sua exoneração. Paulo Duarte (1985), que trabalhou com Mário de Andrade no Departamento de Cultura, relata em seu livro desde os inícios dos trabalhos, a partir do convite do prefeito Fábio Prado, até a desarticulação do departamento após o golpe do Estado Novo. Ele diz que a expulsão de Mário foi uma espécie de sentença de morte em vida, uma tristeza da qual ele nunca se recuperou .

O Departamento de Cultura fazia parte de uma série de inovações que o poder público de São Paulo, através do governador Armando Salles de Oliveira, implementou até 1937 e que incluía a criação da Universidade de São Paulo. Segundo conta Moacir Werneck de Castro (1989: 46), a partir do relato de Paulo Duarte, o Partido Democrático pretendia, através da cultura, abrir caminhos para que Armando Salles chegasse à presidência da República. A idéia inicial era criar um Instituto Paulista de Cultura, embrião de um futuro Instituto Brasileiro de Cultura.

A instituição era organizada em cinco divisões: Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos. Mário de Andrade foi nomeado chefe da Divisão de

Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio e diretor do Departamento de Cultura.

Durante os três anos em que esteve na direção do Departamento, Mário dedicou-se integralmente ao serviço público e sobrava-lhe pouco tempo para estudar e escrever. Foi uma experiência de valor fundamental para que ele pudesse perceber a importância dos poderes públicos na realização de um "projeto cultural de grande porte". Suas iniciativas pioneiras deram fama internacional ao Departamento de Cultura, chamando a atenção inclusive da prefeitura de Paris (Idem: 49).

Entre os feitos mais importantes do Departamento na gestão Mário de Andrade está a criação de dezenas de parques infantis. Nesses parques havia uma espécie de atendimento integral às crianças, que envolvia os mais diversos tipos de profissionais: educadoras sanitárias, instrutoras de jogos, pediatras, nutricionistas, dentistas. Cuidava-se da cultura e da saúde das crianças, ensinando-lhes canções folclóricas e hábitos de higiene, oferecendo-lhes merenda para remediar de forma imediata a subalimentação decorrente da pobreza.

Havia o objetivo de estimular a leitura, especialmente entre as classes populares. Para isso foi tomado um conjunto de medidas: construção do novo prédio da Biblioteca Central, hoje Biblioteca Mário de Andrade, aquisição de acervo, criação de um Conselho Bibliotecário com funcionários especializados, fundação da Escola de Biblioteconomia, criação de bibliotecas ambulantes e bibliotecas populares nos bairros da cidade.

A criação da Discoteca Municipal, da qual Mário de Andrade muito se orgulhava, foi outra inovação importante. Ela era dirigida por Oneida Alvarenga e buscou estimular o hábito e o gosto da música entre a população mais pobre, através da difusão da audição de discos. Foram criadas a Orquestra Sinfônica da cidade, o Coral Paulistano, um quarteto de cordas e um coro popular. Talvez a iniciativa mais importante, na visão de Mário, tenha sido o Laboratório de Fonética, que gravou as pronúncias erudita e popular de diversas regiões do país. Os resultados desse trabalho foram apresentados no Congresso Nacional de Língua Cantada, em 1937.

Dentro do princípio geral de popularização das artes, o Teatro Municipal foi aberto aos trabalhadores e propôs-se a criação de museus populares, sessões de cinema gratuitas e concursos de peças teatrais. Todas as iniciativas procuravam rotinizar o espaço das artes na vida da população, desmistificando a cultura como algo inacessível ou difícil.

Ao mesmo tempo em que tentava construir uma formação cultural ampla entre a população dos iletrados ou pouco letrados, o Departamento tomava um conjunto de iniciativas em relação à preparação de profissionais da cultura. Uma dessas iniciativas foi uma série de cursos promovida pela Divisão de Expansão

Cultural. O primeiro deles foi ministrado pela professora Dina Lévi-Strauss, com aulas de etnografia que permitissem aos pesquisadores "colher cientificamente nossos costumes, nossas tradições populares, nossos caracteres sociais", de acordo com as palavras do próprio Mário de Andrade (Idem: 48).

O Departamento procurou exercer uma função pedagógica integral, educando povo e elites simultaneamente. Em termos gerais, tratava-se de aproximar a cultura erudita das classes populares, disseminar o conhecimento do folclore nacional e dar instrumentos científicos aos letrados para que pudessem pesquisar e transpor para o registro culto (organizado, sistematizado) as tradições populares das diversas regiões do Brasil. Era um amplo projeto de democratização da cultura que, tomando esse termo tanto no seu significado mais aristocrático de alta cultura, quanto no sentido antropológico, buscava formar cidadãos brasileiros conscientes de seu pertencimento e de seu lugar no mundo, aptos a pensar a partir de suas próprias referências culturais. Isso não significava um nacionalismo xenófobo e ufanista, e sim um nacionalismo crítico, moderno, que não rejeitava a contribuição estrangeira (especialmente a européia), mas antes a via como referência básica que deveria ser aproveitada para se pensar a brasilidade.

Após o golpe do Estado Novo, em 1937, São Paulo ficou sob intervenção federal e a situação política mudou muito. Um outro diretor foi nomeado para o Departamento de Cultura e lançaram-se acusações nunca comprovadas acerca de irregularidades na administração de Mário de Andrade. Foi feita uma devassa e, apesar de não se ter encontrado nada que fundamentasse as acusações, o escândalo e a tristeza de ver perdido um trabalho realizado com tanto empenho, foram o suficiente para Mário de Andrade pensar em suicídio. Trocou a morte por um auto-exílio no Rio de Janeiro, fugindo de um ambiente que no momento lhe era insuportável.

Logo essa solução se mostrou frustrante. O livro de Moacir Werneck de Castro relata o mal estar de Mário durante a sua temporada carioca. O emprego inicial de professor de história e filosofia da arte e diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal permitia uma vida intelectual rica, que o estimulou a voltar a estudar e a produzir textos importantes, mas a situação financeira não era nada tranqüila. A convivência com os amigos, especialmente os jovens, era agradável, mas a vida boêmia carioca também o atormentava. As saudades de casa, em especial a falta que lhe fazia sua mãe, entristeciam-no bastante.

Além da experiência no Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade havia participado da criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Em 1936, a pedido do ministro Capanema e por intermédio de Rodrigo Mello Franco de Andrade, redigiu o anteprojeto do órgão, implementado em

1939 com várias modificações (Falcão, 1984: 23-9; Cavalcanti, 1993). Ainda assim, quando chegou ao Rio de Janeiro, permaneceu em situação instável quanto ao serviço público, tendo que escrever uma série de artigos semanais para os jornais *Diário de Notícias* e *O Estado de S. Paulo* para complementar o seu orçamento. Escritos bem a contragosto, esses artigos, segundo Moacir Werneck de Castro, foram muito importantes para a história da crítica literária no Brasil. Os princípios estéticos elaborados nos estudos para as aulas de filosofia da arte na Universidade do Distrito Federal foram traduzidos em uma crítica bem humorada, original e vigorosa que conquistava os leitores, mas também atraía polemistas e mal-entendidos desgastantes. Essas polêmicas, que freqüentemente geravam ataques pessoais contra o autor, levaram-no a desistir da crítica militante que fazia nas páginas do *Diário de Notícias*. Mário de Andrade escreveu a Newton de Freitas, em outubro de 1940, relatando os seus sentimentos em relação a essa situação:

> Deixei a crítica no *Diário de Notícias*, e de noite na escureza os ratos deram uma grande festa em cima do queijinho da literatura nacional. Não agüentava mais, Newton. Além das picuinhas dos contrários, pressão, desgostos com os amigos. Enquanto eram só os contrários, ainda me agüentava bem, mas quando os amigos entraram na tarantela, me entonteci, tive uma espécie de mal-de-mer(de) e me safei em tempo. Às vezes me despeito, outras vezes bebo chope. (Idem: 112)

Somente no final do ano de 1939 Mário de Andrade viu a sua situação como funcionário do Ministério da Educação e Saúde regularizada pelo ministro Capanema. Ele foi contratado como consultor técnico do Instituto Nacional do Livro e recebeu como primeira tarefa a elaboração dos projetos da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário da Língua Nacional*. Foi Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, que encomendou o anteprojeto da *Enciclopédia Brasileira* a Mário de Andrade no mesmo ano. O método e o rigor da disciplina de trabalho de Mário eram conhecidos, e seus estudos sobre a cultura popular brasileira já vinham sendo feitos desde os anos 20. Mas, apesar da comprovada competência do autor, o seu anteprojeto de *Enciclopédia Brasileira* não foi desenvolvido e, mesmo tendo tomado a precaução de pedir para ocupar uma função apenas auxiliar na execução dos trabalhos, ainda assim Mário despertou a desconfiança de Augusto Meyer no sentido de que se preparava para substituí-lo na direção do Instituto.

Conta Moacir Werneck que esse fato pegou Mário de surpresa, já que Meyer era um velho amigo seu, e causou-lhe mais um desencanto (Idem: 109).

O caráter da enciclopédia

O texto do anteprojeto possui duas versões: o estudo encomendado pelo Instituto Nacional do Livro em 1939 e enviado ao ministro Capanema e o artigo intitulado "Enciclopédia Brasileira", publicado em *O Observador Econômico e Financeiro*, número 48, em janeiro de 1940. Esta última versão é a que está disponível para a pesquisa (Toni, 1993: xxiii).

Pretendo seguir a argumentação de Mário de Andrade na justificativa da importância da realização da *Enciclopédia Brasileira*. Creio que há, nesse texto, uma formulação clara do projeto do autor de ilustrar simultaneamente povo e elites, que já tinha sido colocado em prática durante a sua permanência no Departamento de Cultura de São Paulo. Após a apresentação do texto, pretendo indicar e desenvolver três questões que estruturam o projeto: a cultura como meio de emancipação do homem, a cultura como base da formação da nação e o papel do Estado como viabilizador das ações culturais. Na interseção dessas três questões, o autor constrói uma noção de cultura que tem uma relação íntima com o conhecimento crítico da tradição e da própria construção desta.

Mário de Andrade (1993: 3) acreditava que a idéia de publicar uma *Enciclopédia Brasileira* era um "verdadeiro ideal", porque de importância fundamental para a cultura do país. E ele principia por justificar essa importância com argumentos bastante pragmáticos. Em primeiro lugar, a necessidade de fazer frente à especialização cada vez maior do conhecimento humano e também o desejo de se equiparar a outros países que já possuíam as suas próprias enciclopédias. Uma outra justificativa pragmática é de ordem econômica: a *Enciclopédia Brasileira* representaria uma economia significativa para as famílias brasileiras, já que valeria por toda uma biblioteca. Isso tem muita importância porque poucas pessoas no Brasil tinham a possibilidade de adquirir uma biblioteca, mas uma boa enciclopédia editada pelo poder público (o que significaria priorizar a qualidade e não as preocupações comerciais, já que se eliminaria a premência do retorno financeiro) poderia ter um preço baixo que a tornasse acessível às classes populares. O investimento financeiro do Estado seria compensado com o aprimoramento cultural do país. Mário de Andrade define o ideal da enciclopédia em termos bastante objetivos: "O ideal, neste sentido, será construir-se uma ótima enciclopédia e vendê-la por tal menor preço e com tais facilidades de pagamento, que ela possa viver nos lares operários." (Idem: 6)

Ou seja, não é suficiente fazer uma enciclopédia de nível técnico e teórico excelente, é fundamental fazê-la chegar até a camada da população que tem dificuldades em adquirir bens culturais. O trabalho dos intelectuais é formular a obra, e a função do Estado é divulgá-la e multiplicar seus efeitos na cultura do país. Penso que essa idéia de Mário de Andrade sobre a elaboração da *Enciclopédia*

Brasileira pode ser entendida como uma síntese de sua visão sobre a relação ideal entre Estado e intelectuais na organização da cultura. Estes deveriam ter autonomia para realizar o seu trabalho como formuladores de políticas culturais, já que, na qualidade de detentores da cultura e do saber, se colocavam como intérpretes da coletividade (Candido, 1984: 34). Ao Estado, caberia viabilizar os projetos, proporcionando os meios de fazer chegar ao grande público as idéias produzidas pelos intelectuais, já que, naquele contexto, era o ator privilegiado para promover com eficácia essa intermediação entre o pensamento letrado e a vida vivida nos "lares operários".

O autor passa então a explicar o plano básico da *Enciclopédia Brasileira*. Ele deve ser "nítido e meticuloso", mas ao mesmo tempo "elástico" para que se garanta a "necessária liberdade e autonomia" que o trabalho fecundo requer. Nas palavras de Mário de Andrade:

> Uma enciclopédia é monumento de tamanha complexidade, que dotá-la desde logo de uma ossatura rígida e um perfil inflexível só pode dificultar a organização, intimidar os colaboradores e prejudicar, por isso e de maneira fundamental, sua grandeza e originalidade. (Idem: 6-8)

É quase impossível deixar de ver nesta descrição a proposição de uma forma ideal de expressar a brasilidade. A criatividade, a invenção, a improvisação e a indefinição de caráter transportados para o registro culto, evitando a maquiagem de uma uniformização ideológica, mas estabelecendo um compromisso com o conhecimento racional da cultura brasileira. Tratava-se de encontrar a técnica enciclopédica adequada para que a obra pudesse ter eficiência em sua dupla funcionalidade: dar a conhecer a brasileiros e estrangeiros a coisa nacional e contribuir para a formação de uma cultura brasileira tradicionalizada.[4]

Mário de Andrade utiliza como exemplos as enciclopédias *Britannica* e *Italiana*, onde estão presentes a elasticidade do plano básico e também o que ele denomina "espírito de humildade". Este é fundamental para a elaboração da *Enciclopédia Brasileira*, e nesse ponto Mário de Andrade se dirige aos doutos que produzirão os verbetes, já que a paixão e a ambição necessárias para superar os obstáculos da realização de tal projeto deverão conviver com "um bom senso prático, direi mesmo, um senso comum, que não procure superar o insuperável, e se reja humildemente pelas forças e exigências da realidade nacional". (Idem: 9)

Na opinião do autor esse plano básico da *Enciclopédia Brasileira* terá de ser feito por uma comissão de intelectuais brasileiros. Ele deixa bastante claro, durante todo o texto, que a tarefa de editar a enciclopédia deveria ser dividida entre pessoas capazes, não poderia ser obra de um indivíduo apenas.

Mário de Andrade busca responder a duas perguntas que antecedem a elaboração do plano básico da *Enciclopédia Brasileira*: "A quem deverá ela servir?" e "Qual o seu caráter cultural?" Para fazê-lo, o autor tece um breve diagnóstico das "circunstâncias" do país. Estas são bem diferentes das dos países que já produziram grandes enciclopédias. Segundo ele:

> Somos um país de muito pequena elite cultural, larga massa camponesa analfabeta e populações urbanas irregularíssimas em sua cultura. A população dos alfabetizados tende a crescer, sobretudo nas cidades, e faz-se de grande urgência servir-lhe às necessidades gerais e técnicas de conhecimento intelectual. E é incontestável que a produção literária, tanto nacional como portuguesa, de livros e manuais técnicos de artes e ofícios, é quase nula, principalmente como valor, de forma que as classes dos artífices e operários em geral não encontram onde alimentar e desenvolver intelectualmente o conhecimento dos seus ofícios, e sequer a sua cultura geral. (Idem: 10-1)

Mas o problema não se restringe aos analfabetos e trabalhadores menos especializados:

> Por outra parte, o homem alfabetizado, ainda por essa mesma deficiência de livros técnicos em língua nacional, desde que avança pelos estudos secundários, tende a aprofundar o seu conhecimento de uma ou mais línguas estrangeiras, de modo a suprir com literatura estranha o que a língua do país não lhe fornece. É raríssimo, se é que existe, no Brasil, o homem dedicado a qualquer ramo de cultura superior, que não conheça pelo menos uma língua, além da materna. (Idem: 12)

É por buscar atender e sanar a situação descrita que a *Enciclopédia Brasileira* não pode se dirigir somente a uma "classe" específica. Para ter utilidade máxima que justifique o esforço empreendido, a obra tem que se voltar para esses dois tipos básicos de público. Assim como o seu plano básico não pode ser rígido, os seus leitores também não devem ser fixados em apenas uma categoria social.

O mesmo se dá na hora da escolha do modelo de enciclopédia a ser seguido. Se se optar pelo critério filosófico e crítico de *La Grande Encyclopedie* ou pelo critério histórico da *Enciclopedia Italiana*, a *Enciclopédia Brasileira* perderá o alcance desejado. A enciclopédia não pode ser especializada e nem mesmo seguir um só "norte cultural", já que a literatura em vernáculo é ainda muito pobre e a *Enciclopédia Brasileira* teria de suprir esta falha. Um critério único e determinado orientando a obra serviria apenas para desorientar os indivíduos, mesmo os de cultura mediana, porque fixaria "o conhecimento em apenas um de seus hori-

zontes." Poder seguir um critério específico para a elaboração de uma enciclopédia é privilégio de culturas mais sofisticadas (Idem: 12-4).

Escolher uma determinada categoria social como alvo na elaboração do plano da obra significa ser antinacional, já que, por seu caráter público, a *Enciclopédia Brasileira* deve atender às necessidades culturais da nação como um todo. Nas palavras de Mário de Andrade:

> Por outro lado, se a *Enciclopédia Brasileira* se dirigir especialmente a uma determinada classe de cultura, se for *culta*, interessando especialmente a intelectuais como a Italiana, ou se for *popular*, se conformando exclusivamente à mediania cultural, ou mesmo ao proletariado, ela se arrisca a uma diminuição antinacional muito grande em seu alcance, e, o que não é desprezível, a não compensar sequer o gasto financeiro fortíssimo que exige. Disse *anti-nacional* ainda e sempre por aquela escassez geral de qualquer espécie de literatura técnica de caráter enciclopédico entre nós. (Idem: 16-8)

A *Enciclopédia Brasileira* tem de ser nacionalista em dois sentidos: ter o Brasil em suas páginas e prestar um serviço de cultura geral aos brasileiros como um todo. Este último ela fará apenas se não for exclusivamente culta ou popular. O seu ideal é ser multivalente:

> Por tudo isto, parece que o ideal de uma enciclopédia brasileira nossa contemporânea será pretender uma aparentemente ambiciosa multivalência. Criar-se uma obra de caráter misto que possa, conforme o assunto, se dirigir à classe que este assunto diretamente interesse, e a todas as classes ser útil. Um critério conceptivo geral, nem histórico, nem filosófico, nem científico, mas francamente objetivo e realista e inteligentemente mudável, conforme a natureza mesma do verbete. Uma geral objetividade realista, *nada sentimental*, que não dê opiniões nem palpites, nem tome partido. (Idem: 20-1)

Quanto às "classes de cultura" para as quais se dirigir, a *Enciclopédia Brasileira* também deve ser mista e procurar abranger todas. E isso da seguinte maneira: as monografias de assuntos mais gerais (como *Geografia* ou *Direito*) escritas em linguagem mais simples e os verbetes menores escritos em linguagem tanto mais técnica quanto mais especializado for o tema. As primeiras se dirigirão preferencialmente ao leitor mediano e os segundos ao leitor culto. Nas palavras do autor:

> Assim, a meu ver, a primeira definição da *Enciclopédia Brasileira* é a de sua multivalência. Abrangerá todas as camadas de cultura

> de leitores possíveis, dando a cada assunto ou verbete um peso cultural diverso, de acordo com a sua própria área intelectual de vida. (Idem: 24)

Mário de Andrade diz que a *Enciclopédia Brasileira* não poderá ter a ambição de ter "a importância cultural universal das grandes enciclopédias existentes nos países mais favorecidos por uma cultura mais tradicional". A sua validade e a sua legitimidade devem se basear no volume de "conhecimentos a respeito da coisa brasileira". Assim, o Duque de Caxias é mais importante dentro da *Enciclopédia Brasileira* do que Pedro o Grande, ainda que a importância do segundo na história universal seja maior. O conhecimento da matéria nacional deve estar em desproporção em relação aos outros assuntos. Esse critério não somente dá uma maior funcionalidade nacional à *Enciclopédia Brasileira*, como também a possibilidade de adquirir uma validade universal. Ela preencherá o vazio que existe nas enciclopédias estrangeiras a respeito da "coisa nacional" do Brasil. Esta é uma reafirmação do tema que preocupa Mário de Andrade desde pelo menos 1924: como podemos construir uma cultura nacional de valor universal? O autor acredita que essa universalização só pode se realizar através da afirmação da nacionalidade, destacando o que nos é específico, o que nos caracteriza.[5] É o Brasil entrando para o concerto das nações por meio da enciclopédia: "Semelhante contribuição será um complemento brasileiro das enciclopédias estrangeiras, e o melhor recenseamento enciclopédico do que somos e do que já fizemos para a cultura e a vida humanas." (Idem: 28)

Mas, se a desproporção entre assuntos nacionais e estrangeiros, no sentido de dar um espaço mais significativo aos primeiros, é desejável, ela seria prejudicial se ocorresse entre assuntos nacionais. Poderia resultar da falta de conhecimento a respeito de assuntos como o folclore e a arte colonial, o que não significaria que estes seriam menos importantes do que os temas relativos à geografia ou à história política. Mário de Andrade acredita que uma desproporção desse tipo deve ser evitada sob pena de prejudicar a integridade da obra ou o seu entendimento no estrangeiro (Idem: 30-1).

Os exemplos que Mário de Andrade utiliza nesse ponto, folclore e arte colonial, são significativos para a noção de tradição como alicerce de uma cultura brasileira de valor universal. Tradicionalizar a cultura quer dizer conhecer e fazer referir ao presente tanto o passado, o que se relaciona à história e à memória, quanto o presente de outra temporalidade e de outro espaço geográfico, o interior do país, principalmente as regiões Norte e Nordeste, fontes mais ricas para o estudo do folclore brasileiro. Retomando um tema antigo em nossa cultura, Mário de Andrade faz do sertão o local por excelência da tradição e, por conseqüência, da civilização.[6]

A *Enciclopédia Brasileira* deve possuir unidade. Para isso tem de deixar de lado o individualismo latino e se inspirar na objetividade e na imparcialidade

das enciclopédias inglesas e germânicas, em especial a *Britannica* e a *Brockhaus*. A *Enciclopédia Brasileira* pretende ser uma enciclopédia que vá

> viver em todas as mãos; cujo caráter educativo, cujo valor, cuja funcionalidade tem de ser múltipla e profunda, há que buscar-se ao possível a unidade, a despersonalização normal dos colaboradores, a vitalidade normal informativa, a possível unificação dos estilos, nenhum entrechoque desorientador de noções, de paixões individuais e de linguagem. (Idem: 40)

Não deixa de ser curioso o fato de o autor propor um plano básico flexível para a *Enciclopédia Brasileira* e caracterizar a multivalência como a sua principal característica, para depois falar em unidade e citar duas enciclopédias de culturas não latinas como modelos de objetividade e imparcialidade a serem seguidos. Como expressar a cultura nacional nesses termos? Penso que há duas questões aí implicadas. A primeira é de ordem estratégica: há uma certa astúcia em evitar opiniões e tendências em um documento produzido oficialmente. O Estado Novo, por sua natureza autoritária e pelo papel central que concedia aos assuntos culturais como forma de autolegitimação de seus projetos e eliminação de projetos concorrentes, tinha a tendência a hiperideologizar a cultura oficial (Velloso, 1987 e Schwartzman, 1984). Ao falar em um plano de enciclopédia objetivo e imparcial, Mário de Andrade pode estar tentando garantir que a obra realmente se preste a uma utilidade cultural, que não se submeta à propaganda ideológica como seu principal motivo.

A outra questão refere-se ao conteúdo mesmo do projeto marioandradino. Fica claro que ele não está falando somente de expressar ou dar a conhecer as coisas nacionais, mas principalmente de *formar* a cultura brasileira. Não impedir a fecundidade de nossa criação cultural, mas dar-lhe sistematicidade, método, rigor, coerência. Para isso é necessário criar autonomia de pensamento, não orientar as idéias dos leitores nem criar preconceitos, permitir-lhes que façam uso livre de sua própria razão.

Em seu rigor detalhista, Mário de Andrade não deixa de levar em consideração nem mesmo o Índice da *Enciclopédia Brasileira*. Ele faz uma análise da psicologia do leitor de mediana cultura, preocupando-se em não fatigá-lo e, assim, afastá-lo da leitura da enciclopédia. Se a organização da enciclopédia levasse o escritor sem "paciência científica" a se aborrecer com a pesquisa de algum tema de sua curiosidade, isso faria com que ela perdesse grande parte de sua eficiência. Esta é uma das preocupações centrais de Mário de Andrade: não fazer da *Enciclopédia Brasileira* uma obra para especialistas, torná-la viva para o homem comum (Idem: 48-51).

O autor sugere que os estudos para o lançamento do primeiro volume devem durar cinco anos, tal como ocorreu com a *Enciclopedia Italiana*. Os colaboradores de tal feito de "enorme utilidade e patriotismo verdadeiro" terão de ser "gente enérgica, fiel aos seus compromissos e capaz de dedicação apaixonada", o que não exclui a remuneração pelo trabalho como forma de criar vínculos profissionais de maior responsabilidade. Há que se evitar os medalhões na direção de comissões e subcomissões de assuntos. Estes não poderiam dar a dedicação, tempo e a humildade necessários para a tarefa. Nas palavras de Mário de Andrade:

> Quem não tiver a coragem de se sacrificar e a energia de aceitar a relativa imperfeição de uma obra gigantesca, que vai, por muitas partes, abrir caminho, como a *Enciclopédia Brasileira*, não poderá nunca fornecer a audácia, a rapidez, o trabalho que a empreitada exige de cada um. (Idem: 65)

Esse tipo de colaborador seria mais condizente com uma obra de divulgação, de "síntese imparcial", onde a "originalidade" do autor de verbetes conta muito pouco. O que mais importa é dar conta do assunto em linguagem simples e objetiva, colocando as necessidades da cultura nacional como o principal. Mas o nacionalismo da biblioteca não significa descartar a contribuição de autores estrangeiros. Pelo contrário, essa participação deve ser grande (Idem: 101). Conhecer e formar a cultura nacional não implica rejeitar o conhecimento técnico de outros países. Antes representa a possibilidade de dar um valor universal à nossa cultura enquanto expressão da brasilidade. Mas para expressar a brasilidade é preciso traduzir a nossa especificidade através de um conhecimento técnico que foge aos limites da nação. Daí ser imprescindível beber da fonte de outras culturas, ainda que sem perder de vista a nacionalidade.

O projeto de uma ilustração multivalente

Como pensar uma enciclopédia à brasileira? Ou seja, como adaptar à realidade nacional o sonho enciclopedista de recensear o conhecimento humano e, através do esclarecimento, proporcionar melhores condições de vida para os homens? Qual a utilidade que a enciclopédia pode ter para a formação da cultura brasileira? De que forma encontrar a técnica enciclopédica mais adequada para expressar a coisa nacional? Essas perguntas parecem conduzir o texto do anteprojeto da *Enciclopédia Brasileira*.

Para responder a elas creio ser importante tecer breves comentários sobre algumas questões relativas ao ideal enciclopedista do século XVIII e também recorrer ao iluminismo alemão, para tentar entender o que vem a ser uma nação

educada (formada, no sentido de *Bildung*). Penso que Mário de Andrade pretendia que a *Enciclopédia Brasileira* fosse uma iniciativa que pudesse contribuir para a formação da nação pela via da cultura, através de um processo de ilustração simultânea de povo e elites.

O pensamento iluminista acreditava na possibilidade de o homem conhecer racionalmente a sua origem e o seu destino. O sentido do pensamento era dar ao homem a chance de prever e controlar seus próprios atos. Ao rejeitar explicações transcendentais para os fatos da natureza e da sociedade, o iluminismo via no conhecimento racional o meio pelo qual o homem poderia libertar-se das trevas da ignorância. Era a idéia do progresso intelectual como condição para o progresso da humanidade que tanto empolgava o Século das Luzes (Cassirer, 1992: 21-2).

Para serem úteis, no sentido de contribuírem para o processo de ilustração, as idéias teriam de chegar ao público. Elas deveriam ser popularizadas. Diderot, um dos organizadores da *Enciclopédia*, expressava esses anseios de disseminação do saber quando colocava em termos de obrigação moral o esforço de tornar as idéias populares. O verdadeiro Humanismo não poderia prescindir da popularidade, o que significaria traduzir os trabalhos intelectuais para a língua da sociedade (Idem: 355-6).

É no espírito dessa crença na capacidade ilimitada de conhecimento do ser humano e no poder da razão de fazer progredir a humanidade que surge o grande projeto iluminista: a *Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios por uma sociedade de letrados*.[7] Organizada por Diderot e D'Alembert, a obra teve o seu primeiro volume publicado em julho de 1751. O objetivo da *Enciclopédia* era reunir os conhecimentos sobre todas as coisas no estágio em que se encontravam e divulgá-los aos homens. Assim, ao instruir os homens, a obra também promoveria as suas virtudes e a sua felicidade (Andrade e Marques Neto, 1989: 11). Tratava-se de um ambicioso projeto de universalização do saber, inspirado pela certeza de que a difusão do conhecimento levaria à libertação do homem e à sua felicidade. Dentro desse projeto buscava-se não apenas lutar contra a ignorância, mas também dignificar o trabalho prático e desmistificar a atividade intelectual (Idem:13). Esta pode ser, em princípio, acessível a todos os homens, seres racionais por natureza.

A *Enciclopédia Brasileira* de Mário de Andrade se filia a essa tradição de pensamento que acredita na emancipação do homem, no sentido de sua libertação e de sua felicidade, através do conhecimento. Mas as suas reflexões se inscrevem num contexto de questionamentos acerca da formação da nação e da construção de uma identidade nacional. Formar a nação significa, na história do Brasil, formar um povo que a sustente enquanto *comunidade política imaginada* (Anderson, 1989: 14) e portadora de uma simbologia capaz de expressar uma

cultura que, por ser nacional, é também universal. Para Mário de Andrade, formar um povo é educá-lo e dar-lhe a possibilidade de adquirir um caráter. Neste ponto creio ser interessante aludir ao iluminismo alemão para pensar sobre essa questão.

Quando falo aqui em iluminismo alemão penso no texto de Moses Mendelssohn (1989: 11-5), intitulado "Acerca da pergunta: a que se chama ilustrar?" É um pequeno texto, publicado simultaneamente ao escrito de Kant sobre o mesmo tema. Não sei se Mário de Andrade leu esse texto especificamente, e poderia parecer fora de propósito procurar nele elementos importantes para entender o projeto da *Enciclopédia Brasileira*. Mas com certeza o autor travou contato com esse tipo de reflexão próprio da cultura alemã, inclusive devido ao seu domínio do idioma. Além desse fato, tenho a impressão de que a filiação das reflexões marioandradinas à tradição do pensamento alemão que vai de Kant ao idealismo é bastante significativa.[8]

Mendelssohn inicia seu texto procurando diferenciar as palavras educação (*Bildung*), cultura e Ilustração. As três têm em comum o fato de serem modificações da vida social e resultarem "do trabalho e dos esforços dos homens para melhorar sua situação social" (Idem: 11).

A educação de uma nação é composta de cultura e Ilustração. A cultura refere-se ao que é prático e pode ser dividida em cultura objetiva, significando o que é bom, o refinamento e a beleza no artesanato, nas artes e nos costumes sociais, e em cultura subjetiva, no sentido da destreza, da habilidade e do trabalho no artesanato e nas artes e das tendências, instintos e hábitos nos costumes. Um povo cultivado é aquele no qual essas qualidades correspondem ao destino do homem e que, por conseguinte, pode produzir, através dos trabalhos, coisas úteis para a humanidade (Idem: 12).

Por outro lado, a Ilustração diz respeito ao teórico, "ao conhecimento racional (objetivo) e à habilidade (subjetiva) para refletir racionalmente sobre as questões da vida humana, em consonância com a importância e a influência sobre o destino humano" (Idem: 12).

Para esclarecer a sua argumentação o autor dá o exemplo da língua. Uma língua se torna ilustrada por meio da ciência e torna-se culta através de seu uso social (a poesia e a retórica). A Ilustração e a cultura proporcionam educação a uma língua (Idem: 12).

Mendelssohn diz que a Ilustração e a cultura possuem, consideradas objetivamente, em si e por si, uma relação estreita, ainda que, subjetivamente, possam estar separadas. Isso quer dizer que um povo pode ser mais ilustrado e outro mais culto. Os gregos, por exemplo, possuíram cultura e Ilustração e, por isso, foram uma "nação" educada (*gebildete*). O tipo de relação que se estabelece

entre elas é o mesmo que existe entre a teoria e a práxis, o conhecimento e a moral, a crítica e o virtuosismo.

O que mais nos interessa aqui é a descrição do autor sobre em que consiste a Ilustração de uma nação. Há quatro pontos principais que são os seguintes: "1) a massa total de conhecimentos, 2) cuja importância, quer dizer, sua relação com o destino a) do homem e b) do cidadão, 3) depende da sua extensão por todos os níveis sociais, 4) em consonância com as respectivas profissões" (Idem: 13).

Essa definição guarda semelhanças com o modo pelo qual Mário de Andrade propunha a organização da enciclopédia, de maneira a dotá-la de um máximo de eficiência cultural. Lembro aqui que na hierarquia de importância dos temas dos verbetes, os que têm uma relevância maior são os que interessam à nacionalidade, ou seja, os que possuem uma utilidade mais imediata na determinação do destino do homem brasileiro. Do mesmo modo, como obra de divulgação, a enciclopédia só será útil se alcançar o maior número possível de leitores, ainda que haja diferenciação entre os graus de especialização de cada verbete de acordo com o tipo de público preferencial para um determinado tema.

Para Mendelssohn, a verdadeira Ilustração deve poder estender-se a todas as camadas sociais. Mas é dever do ilustrado ser tolerante em momentos onde não se pode proclamar todas as verdades úteis para a humanidade, já que isso é melhor do que banir de vez a verdade. Para que esse tipo de concessão, que pode facilmente servir à defesa da hipocrisia, não seja um desvio dos ideais ilustrados, é necessário traçar uma fronteira, tênue mas fundamental, entre o uso e o abuso de tais posições (Idem: 14). Em resumo, mesmo em um Estado onde o esclarecimento sem restrições é visto como uma ameaça às instituições sociais, pode haver um compromisso, por parte dos intelectuais, de levar o processo de ilustração até onde ele possa ser levado. De modo pragmático, é preferível uma atuação restrita do que nenhuma atuação.

A partir dessas reflexões podemos perguntar: o que é uma nação educada para Mário de Andrade? A resposta a essa pergunta nos leva a uma noção de cultura que é indissociável da de tradição.

Vimos que, em seu diagnóstico da situação cultural brasileira no momento em que escreve o texto, Mário de Andrade divide em iletrados ou pouco letrados e letrados o público para o qual a enciclopédia deveria se voltar. Para os primeiros, os verbetes teriam de possuir um caráter prático mais imediato, de utilidade na vida cotidiana. Assim, a leitura do texto sobre o tema Direito, por exemplo, teria que esclarecer seu leitor a respeito de termos técnicos necessários para a compreensão do desenrolar de um determinado processo jurídico. Para o segundo tipo de leitor, os verbetes teriam maior liberdade de emprego de linguagem técnica e de difícil compreensão. Desse modo, a enciclopédia serviria

para acrescentar conhecimento a todas as classes de cultura, para utilizar a expressão do autor.

Mas há um ponto onde a necessidade de esclarecimento atinge todas as classes. É o caso dos temas nacionais, mais especificamente os relativos às tradições culturais do passado e do presente. Aqui as coisas até mesmo se invertem. As classes populares, especialmente as do sertão, ainda vivem essas tradições. Já a população letrada do litoral praticamente as desconhece. O empreendimento para a realização da enciclopédia pode ajudar a suprir uma lacuna de estudos eruditos a respeito dessas tradições, importantes para o conhecimento da coisa nacional e para a universalização de nossa cultura. Os propósitos da cultura e da Ilustração, tal como definidos por Mendelssohn, se fundem na necessidade de descobrir o Brasil por meio da tradição que vem do passado, principalmente a arte e a música coloniais, e do presente, o folclore e outras manifestações culturais das classes populares, em especial do Norte e Nordeste. Conhecer as tradições do passado e do presente é importante para o saber científico e para a arte, que podem traduzi-las para o registro mais culto e desinteressado, e também para torná-las vivas entre os homens comuns, fazê-las presentes em sua cultura no sentido prático. Esse descobrimento é uma forma de criar identidades, de tornar arraigado um sentimento de pertencimento à comunidade nacional e também um meio de educar o homem, no sentido de torná-lo consciente das tradições que herdou e que lhe permitem situar-se no mundo. É a partir dessa consciência que se torna possível transformar o destino fatalista em expectativa de futuro.

No anteprojeto da enciclopédia, Mário demonstra não ter ilusão de que fosse possível fazer frente ao conhecimento erudito das nações européias. Seria inútil, naquele momento, buscar esse tipo de equiparação cultural. O conhecimento aqui, para ter valor, deveria ser útil e interessado. E o principal interesse era formar, através da cultura, uma nação real, que deixasse de ser uma entidade abstrata e que pudesse possuir um caráter. A cultura tem um sentido utilitário, já que é por meio dela que se pode encontrar alguma unidade em um país tão fragmentado e plural. É a partir do conhecimento e da construção de tradições que se pode formar uma cultura nacional com validade universal. A enciclopédia teria o papel fundamental de articular essa formação através da divulgação dessas tradições e da sua transposição para o registro culto.

Uma nação educada deveria possuir não somente uma população amplamente alfabetizada e com o domínio mínimo de uma cultura geral, mas também com o conhecimento de suas tradições e a capacidade de utilizá-las de forma criativa, não somente para produzir estudos científicos, mas também para construir uma arte e uma música nacionais de valor universal.

Nesta enciclopédia à brasileira é essencial o conceito de multivalência. Se a obra dirigir-se a um público específico, perde a sua utilidade nacional. A tarefa educativa da enciclopédia tem de seguir por suas duas vias complementares, esclarecimento de letrados e não letrados, com ênfase nos assuntos onde as diferenças entre os graus de cultura desses dois tipos de leitores quase se anulam, ou seja, os temas nacionais. A multivalência é uma maneira de dar conta de uma realidade plural sem ter que forjar uma unidade baseada na exclusão. A crítica de Mário de Andrade à tradição intelectual bacharelesca sempre atacou a distância que esta mantinha do público. Tradicionalizar a cultura brasileira teria de significar, ao contrário, propor um projeto de inclusão das manifestações culturais as mais diversas no domínio das artes e das letras. O estudo sistemático e metódico, o aperfeiçoamento da técnica seriam formas importantes de os letrados e artistas interessados em uma democratização da cultura minarem as bases da tradição bacharelesca e excludente. O artista e o intelectual teriam, nesse processo, o papel fundamental de tradutores entre dois mundos distintos e ainda muito distantes na realidade brasileira naquele momento: o mundo da cultura popular e o mundo da cultura erudita.

Nesse sentido é que afirmo que a *Enciclopédia Brasileira* se inscreve no projeto que permeia toda a obra de Mário de Andrade desde *Macunaíma* e que prevê a aquisição de valor universal para a cultura brasileira a partir de dois movimentos complementares: tornar popular o que é culto e transpor para o registro culto as manifestações culturais populares. O primeiro movimento teria um caráter educativo, visando principalmente as classes populares, e precisaria da mediação indispensável do Estado, que entraria com os recursos e com a mobilização das instituições para pôr em prática projetos elaborados pelos intelectuais. O segundo movimento poderia ocorrer de modo mais independente em relação ao Estado, já que seu motivo principal é levar a elite de intelectuais e artistas a conhecer e estudar com afinco a cultura popular do país para transpô-la para o registro culto e assim contribuir de forma decisiva para a universalização da cultura nacional. Esse movimento teria na crítica, publicada em jornais, livros, revistas, um catalisador de imensa importância. O mais interessante é notar que os movimentos são complementares, ou seja, se as classes populares precisam de educação e cultura geral, os intelectuais e os artistas necessitam, na mesma medida, buscar na cultura popular a fonte de valorização, artística ou científica, de seus trabalhos.

Tanto o povo quanto as elites nacionais teriam uma formação cultural precária. Pois se o analfabetismo e a ignorância a respeito da alta cultura eram problemáticos, o desconhecimento de nosso passado histórico e de nossas tradições culturais populares não o era menos. Assim, o projeto de formação de

uma cultura nacional deveria incluir a ilustração de elites (principalmente artistas e intelectuais) e povo, mas este só é acessível via Estado.

Os artistas, em especial, deveriam conhecer as tradições populares para transpor para a arte erudita, mais desinteressada, os temas nacionais. Dessa forma, se poderia ter uma arte ao mesmo tempo referida a um contexto específico (interessada) e com validade universal (desinteressada).

Os intelectuais, como mediadores entre cultura popular e Estado e intérpretes da realidade nacional, produzem projetos (Ortiz, 1994). Mas o ator que permite a viabilização e a divulgação desses projetos, no contexto ao qual nos referimos, é o Estado. A sua atuação pode fazer as idéias saírem da torre de marfim e se tornarem úteis para o grande público. O objetivo é estabelecer pontes entre a cidade das letras e a sociedade, pois o círculo da educação se fecha no momento em que as elites e o povo constroem e participam de uma cultura comum. Uma *paidéia* à brasileira teria de religar uma realidade social fraturada, composta de múltiplas temporalidades, de espaços geográficos distintos, de diversas origens étnicas, onde campo e cidade estão apartados e onde as desigualdades são por demais explícitas. Mas como construir, por meio da cultura, tal religamento sem descartar o sonho da emancipação do homem através de sua autoconsciência de ser no mundo? Ou seja, como promover uma reconciliação que não seja um impedimento ao esclarecimento? É possível edificar uma cultura nacional que não se baseie em ideologias ufanistas e no culto a heróis inventados?

Kant (1985: 100) define o esclarecimento (*Aufklärung*) nos seguintes termos:

> é *a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado*. A *menoridade* é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O *homem é o próprio culpado* dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de coragem de *servir-se de si mesmo* sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.

Os homens possuem a vocação de pensar por si mesmos, mas para que um público se esclareça é necessário haver liberdade (Idem: 12). Essa liberdade necessária ao esclarecimento é a que diz respeito ao uso público da razão. Este é definido como o uso que qualquer homem, na condição de sábio, faz de sua razão diante do grande público do mundo letrado. O uso privado da razão, ao contrário do uso público, pode sofrer limitações sem impedir o progresso do esclarecimento. Ele diz respeito ao uso que o homem douto faz de sua razão em um determinado cargo público ou função (Idem: 104). Desse modo, raciocinar e obedecer não se colocam como ações opostas. Nas palavras de Kant:

> Na medida, porém, em que esta parte da máquina se considera ao mesmo tempo membro de uma comunidade total, chegando até à sociedade constituída pelos cidadãos de todo o mundo, portanto na qualidade de sábio que se dirige a um público, por meio de obras escritas de acordo com seu próprio entendimento, pode certamente raciocinar, sem que por isso sofram os negócios a que ele está sujeito em parte como membro passivo. (Idem: 106)

Assim, um mesmo homem que, enquanto oficial, deve obedecer ao seu superior, fora de seu posto público pode fazer observações, na qualidade de quem é versado no assunto, sobre os erros do serviço militar e expô-las ao público para que as julguem (Idem, ib.). O projeto da ilustração, tal como exposto por Kant, abre caminho para uma possível concordância entre um lema radical, o *sapere aude*, com a questão do Estado.

No caso de uma ilustração à brasileira, a atuação do Estado é fundamental. O Brasil dos anos 30 possuía uma sociedade civil incipiente e uma ação estatal que buscava a centralização. Era muito difícil pôr em prática um projeto pedagógico que não fosse encampado pelo Estado. O que faz do problema da conciliação do incentivo ao uso livre e autônomo da própria razão, próprio de um processo de esclarecimento, com os desígnios do poder uma questão crucial. Neste ponto, Mário de Andrade se encontra com Mendelssohn e Kant. Tanto a proposta de comprometimento dos intelectuais com uma ilustração possível, feita pelo primeiro autor, quanto a possibilidade de criar campos distintos para o exercício da razão, na formulação kantiana, ajudam a pensar o projeto marioandradino.

A ilustração à brasileira, para se realizar completamente, teria de ser multivalente, ou seja, não se dirigir a um só público, mas a toda a nação. Um projeto como este, que deveria ser realizado através do Estado, exigiria um compromisso de seus formuladores no sentido de estender o processo de esclarecimento até onde fosse possível. Trata-se de um compromisso bastante arriscado, onde o intelectual caminha num fio de navalha no qual, de um lado, está o senso de responsabilidade e, do outro, a sua própria alma, ou seja, a capacidade crítica. Assumir esse tipo de compromisso significa crer numa margem de autonomia considerável para o trabalho intelectual, a ponto de o ato de obedecer não implicar uma desqualificação da razão de ser do projeto.

Parte importante desse projeto de ilustrar simultaneamente povo e elites, a *Enciclopédia Brasileira* tinha de conciliar a utilidade cultural com a questão do Estado. Em seu texto, Mário de Andrade acena com a possibilidade de conciliação a partir do papel da cultura como base da formação da nação. A medida do possível para essa ilustração à brasileira poderia ser dada pelo esforço de construção de uma cultura nacional. A principal utilidade cultural, nesse caso, seria

a da emancipação do homem brasileiro. Isso quer dizer melhorias nas condições materiais de vida, acesso à educação, mas, principalmente, criação de um sentimento de pertencimento a uma história e a uma tradição comuns. Para Mário de Andrade, esse sentimento seria o ponto de partida para a superação das distâncias sociais que impediam que o Brasil deixasse de ser uma entidade abstrata e se tornasse uma nação.

Notas

1. É ilustrativa a carta de Mário de Andrade a Capanema, de 30 de junho de 1939, publicada por Schwartzman et al. (1984: 373): "Venho pedir a você que me faça pagar isso imediatamente, e por outra via possível aí do Ministério, pois estou numa situação insustentável, crivado de dívidas ridículas, sem cara mais pra me apresentar a certos amigos, que positivamente não têm a obrigação de me sustentar. Felizmente não estou acostumado, em quarenta e cinco anos de vida, a viver de expedientes e situação penosa. O resultado é um desespero, uma inquietação, uma desmoralização interior que não mereço, e a que, espero, o Ministério não tem razão para me obrigar. (...) muito mais agradável pra mim será trabalhar com você, no Instituto do Livro, mas se não é possível, suplico mais este favor a você de me dizer francamente o que há, pra que eu me arranje. (...)"

2. Mário de Andrade relata esse seu sentimento em relação ao poder em outra carta enviada a Gustavo Capanema, com data de 23 de fevereiro de 1939: "Estive refletindo bastante esses dias e percebi que não poderia aceitar o cargo de dirigir a Enciclopédia, no Instituto do Livro. As razões que tenho pra isso são as mesmas que já lhe dei e a que você respondeu. Não pude verbalmente insistir nelas porque tenho uma espécie de defeito de alma que me põe sempre demasiadamente subalterno diante das pessoas altamente colocadas. Por mais amizade que lhe tenha e liberdade que tome consigo, sempre é certo que diante de você não esqueço nunca o ministro, que me assusta, me diminui e me subalterniza. Isto, aliás, me deixa danado de raiva e é a razão porque fujo sempre das altas personalidades. Por carta e de longe, posso me explicar com menos propensão ao consentimento. (...)" Apud Schwartzman et al. (1984: 370).

3. Esse aspecto do domínio da linguagem culta é fundamental para a manutenção do poder na cidade letrada. Como vimos acima, há, na cultura latino-americana, uma diglosia que separa a palavra escrita da fala cotidiana. Mário de Andrade foi um crítico ferrenho dessa dualidade dentro de uma mesma língua e acreditava que uma língua nacional só se tonaria viva se unisse escrita e fala. Tratava-se de uma proposta radical do modernismo que abalava os fundamentos da cidade das letras enquanto cidade escriturária. Ver Angel Rama (1985), especialmente os capítulos "A cidade escriturária" e "A cidade modernizada".

4. Em entrevista ao jornal *A Noite*, de 12 de dezembro de 1925, Mário de Andrade diz que: "Nós já temos um passado

guassú e bonitão pesando em nossos gestos; o que carece é conquistar a consciência desse peso, sistematizá-lo e tradicionalizá-lo, isto é, referi-lo ao presente." Apud Telê Porto Ancona Lopez et al. (1972).

5. Eduardo Jardim de Moraes tratou dessa questão em vários trabalhos. O modernismo, a partir de 1924, volta-se para a tematização do nacional como meio de ingressar na modernidade. Ver especialmente Moraes (1990: 67).

6. No artigo "Noite de festa", publicado em 1929, Mário de Andrade compara as festas de Natal no Rio Grande do Norte e em São Paulo. Neste estado há uma comemoração importada, européia, e naquele há uma festa popular tradicional. O fato comprova, na visão do autor, a diferença entre o progresso dos paulistas e a civilização dos nordestinos. Ver Mário de Andrade (1976: 177-8).

7. A idéia do enciclopedismo é bastante anterior ao Iluminismo. O aparecimento da palavra enciclopédia está associada ao Renascimento, mas uma idéia de enciclopédia, ou seja, a tentativa de reunir todo o conhecimento humano existente, era bem mais antiga. A *Enciclopédia* do Iluminismo buscou ser mais do que um dicionário e imprimiu uma marca crítica ao seu objetivo de sistematização do saber. Ver Falcon (1989: 79-84).

8. É interessante o artigo de Mário de Andrade, intitulado "Artes gráficas" e publicado em 1930, onde o autor prega a necessidade de se estudar o alemão para dar consistência à cultura brasileira, vista quase como oposta ao mundo de fixidez e regulamentação da cultura germânica. Nas palavras do autor: "O dia em que fundearmos nossa nau Catarineta desarvorada e luminosa, no porto sossegado e habilitado da ciência alemã no original (alemão é tão esquisito que não se pode jamais traduzir com perfeição) então, gentes do mundo, vocês verão de quantos paus se faz esta canoa, pra continuar na metáfora." Ver Andrade (1976: 253).

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. 1989. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática.

ANDRADE, José A. Reis de e MARQUES NETO, José Castilho. 1989. "Apresentação", in DIDEROT e D'ALEMBERT. *Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios por uma sociedade de letrados*. São Paulo, Unesp.

ANDRADE, Mátio de. 1976. "Artes gráficas" e "Noite de festa", in *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia/Duas Cidades.

———. 1993. *A Enciclopédia Brasileira*. São Paulo, Edusp/Giordano/Loyola.

CANDIDO, Antonio. 1984. "A Revolução de 1930 e a cultura", *Novos Estudos*, São Paulo, nº 4.

CASSIRER, Ernst. 1992. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas, Unicamp.

CASTRO, Moacir Werneck de. 1989. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro, Rocco.

CAVALCANTI, Lauro (org.). 1993. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro, UFRJ/Paço Imperial/Tempo Brasileiro.

DUARTE, Paulo. 1985. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. 1984. "Política cultural e democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", in MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.

FALCON, Francisco José Calazans. 1989. *Iluminismo*. São Paulo, Ática.

KANT, Immanuel. 1985. "Resposta à pergunta: que é 'esclarecimento'? ('*Aufklärung*')", in *Textos Seletos*. Petrópolis, Vozes.

LOPEZ, Telê Porto Ancona et al. 1972. *Brasil: primeiro tempo modernista, 1917-1929*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros.

MENDELSSOHN, Moses. 1989. "Acerca de la pregunta: a qué se llama ilustrar?", in *Qué es Ilustración?* Madrid, Tecnos.

MICELI, Sérgio. 1979. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.

MORAES, Eduardo Jardim de. 1990. "Mário de Andrade: retrato do Brasil", in BERRIEL, Carlos Eduardo (org.). *Mário de Andrade hoje*. São Paulo, Ensaio.

ORTIZ, Renato. 1994. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.

PÉCAUT, Daniel. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática.

RAMA, Angel. 1985. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense.

SCHWARTZMAN, Simon et al. 1984. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Edusp.

TONI, Flávia Camargo. 1993. "Introdução", in ANDRADE, Mário de. *A Enciclopédia Brasileira*. São Paulo, Edusp/Giordano/Loyola.

VELLOSO, Mônica Pimenta. 1987. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

(Recebido para publicação em agosto de 1998)